



Relatório de Gerenciamento de Risco – Pilar 3

1T2017

1	Introdução	3
2	Estrutura de gerenciamento de riscos	4
2.1	Gerenciamento do Risco de Crédito (CRM)	4
2.1.1	Risco de Crédito	5
2.2	Gerenciamento do Risco de Mercado (MRM)	6
2.2.1	Risco de Mercado	6
2.2.1.1	Utilização de derivativos	6
2.3	Gerenciamento do Risco de Operacional	7
3	Estrutura de gerenciamento de Capital	8
3.1	Estrutura Organizacional	8
3.2	Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Adequação do PR	8
4	Avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência	17

1 Introdução

Este relatório destina-se a prover acesso público às informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), de que trata a Resolução 4.193/2013 e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), definido nos termos da Resolução 4.192/2013 do ING Bank N.V., e elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas na Circulares 3.678/2013 e 3.784/2016.

As informações qualitativas constantes deste relatório são atualizadas em bases anuais conforme especificado na Circular 3.678/2013.

A apuração das informações foi efetuada em bases consolidadas, a partir de diretrizes contábeis e princípios de consolidação da Lei 6.404/76 e do Banco Central do Brasil e aprovadas pela diretoria do banco no Brasil, sendo a mesma responsável pela exatidão das informações divulgadas e deve ser lido juntamente com as demais informações divulgadas pelo ING Bank N.V., em especial as Demonstrações Contábeis disponíveis em <https://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

2 Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional das áreas responsáveis pelo gerenciamento de riscos de mercado, risco de crédito, risco operacional e risco de liquidez é considerada compatível com o tamanho, natureza e complexidade das transações realizadas pela instituição, e suas atividades são desenvolvidas com independência e autonomia no processo de identificação, avaliação, monitoramento e implementação de controles necessários à mitigação dos riscos identificados. A estrutura organizacional das áreas de gerenciamento de riscos e seus níveis hierárquicos são apresentados como segue:



2.1 Gerenciamento do Risco de Crédito (CRM)

A área de CRM está estruturada de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de crédito a que a instituição está exposta e suas atividades consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Matriz, bem como as disposições determinadas pela Resolução nº 3.721/09, do Banco Central do Brasil:

- 1 Documentação das políticas e estratégias definindo os limites de crédito, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição;
- 2 Validação dos procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito;
- 3 Utilização de critérios consistentes e prudentes para estimar perdas associadas ao risco de crédito e a comparação com perdas efetivamente observadas;
- 4 Atuação junto a área comercial para a recuperação de créditos;
- 5 Estabelece rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- 6 Adequação de provisionamento compatível com o risco de crédito assumido pela instituição;
- 7 Avaliação das operações sujeitas ao risco de crédito, que considera as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos da concentração setorial e geográfica, dentre outros;
- 8 Avaliação da retenção de riscos de crédito em operações de venda ou transferência de ativos financeiros;
- 9 Mensuração do risco de crédito de contraparte em operações com instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos;
- 10 Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito;
- 11 Estabelecimento de critérios e procedimentos definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos no processo de concessão e gestão de crédito;
- 12 Classificação das operações sujeitas ao risco de crédito em categorias, com base em critérios consistentes e passíveis de verificação;
- 13 Avaliação prévia de novas modalidades de operação e verificação da adequação dos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- 14 Realização de testes de estresse, englobando ciclos econômicos e alterações das condições de mercado e a utilização dos resultados para estabelecimento ou revisão das políticas e limites;
- 15 Emissão de relatórios periódicos para a administração da instituição sobre o desempenho do gerenciamento do risco de crédito em função das políticas e estratégias adotadas;

- 16 Práticas para garantir que exceções à política, aos procedimentos e aos limites estabelecidos sejam relatadas apropriadamente;
- 17 Documentação e armazenamento (em forma digital) de informações de perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

2.1.1 Risco de Crédito

As operações com exposições a riscos de crédito da contraparte são avaliadas mediante a classificação dos produtos de crédito em categorias de risco, como segue:

Produto	Risco
Settlement	Risco de entrega de ativo financeiro à contraparte e não receber o valor contratado.
Pre-Settlement	Risco da contraparte não honrar o contrato antes do pagamento, incorrendo em custos para repor a operação no mercado.
Money Market	Risco de crédito de contraparte em depósitos de curto prazo (menos de um ano).
Lending	Risco de crédito da contraparte ou cliente corporativo não repagar um empréstimo no vencimento ou não reembolsar o banco após a execução de garantia emitida por ele em nome do cliente.
Investment	Risco de default associados a investimentos em bonds, commercial papers, ações e outros valores mobiliários.
Trading	Riscos associados a títulos com intenção de negociação em curto período de tempo, mesclando risco de crédito, risco de migração e risco de liquidez.
Other Risk	Produtos em que a instituição não apresenta um risco de crédito direto.

O processo de avaliação de exposições a risco de crédito da instituição observa as normas e procedimentos emanados da Matriz, contemplando dentre outros aspectos: (i) customer due diligence; (ii) análise de dados financeiros; (iii) atribuição de rating; (iv) análise do mercado de atuação; (v) estruturação de garantias; (vi) projeções financeiras (quando aplicável); (vii) covenants; (viii) valor do limite; (ix) natureza de linhas e produtos aprovados; (x) prazos.

A constituição de garantias para mitigar exposições a risco de crédito e a sua adequação, suficiência e liquidez, em função da contraparte ou da estrutura da operação, é avaliada por CRM e os aspectos formais e a autenticidade da garantia oferecida são analisadas pelo departamento de Legal. O controle e monitoramento periódico da suficiência e adequação das garantias é realizado através do sistema de garantias, pela área de Client Services Delivery (CSD).

O sistema de rating do Banco segue as políticas internas para avaliação e classificação das operações de crédito, e existe um de-para do rating interno para o rating de crédito determinado pela Resolução 2.682. As provisões relativas às operações de crédito seguem as provisões regulamentares mínimas determinadas na Resolução 2.682 do BACEN.

2.2 Gerenciamento do Risco de Mercado (MRM)

A área de MRM está estruturada em função da natureza das transações, complexidade e a exposição a riscos de mercado a que a instituição está exposta e suas atividades contemplam as normas e procedimentos estabelecidos pela Casa Matriz, bem como as disposições da Resolução nº 3.464/07, do Banco Central do Brasil, e respectivas atualizações que determinam:

- 1 A documentação das políticas e estratégias definindo limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- 2 A existência de sistemas adequados à avaliação, monitoramento e controle da exposição ao risco de mercado de operações incluídas na carteira de negociação e aquelas não incluídas na carteira de negociação (banking book);
- 3 A realização de testes periódicos de avaliação da eficácia dos sistemas que controlam a exposição a riscos de mercado;
- 4 A identificação prévia dos riscos inerentes a novas atividades e produtos e reflexos nos procedimentos e controles adotados pela instituição;
- 5 A realização de testes de estresse, considerando inclusive a quebra de premissas, e a utilização dos resultados para estabelecer ou rever as políticas e limites para adequação de capital.
- 6 A segregação entre a atividade das carteiras de negociação e não negociação.

As carteiras de não negociação são gerenciadas em estrutura de livros específica, distinta da estrutura de livros das carteiras de negociação, e sujeitas a políticas, métricas, limites e relatórios específicos.

2.2.1 Risco de Mercado

As atividades relacionadas ao processo de identificação e mensuração de riscos de mercado em situação normal e de stress são desenvolvidas no contexto atual de uma estrutura operacional reduzida e baixo volume de transações realizadas pelas áreas de Financial Markets e Bank Treasury, focadas em: (i) operações com prazo de até cinco anos; (ii) operações de hedge para mitigar exposições decorrentes de novas operações realizadas pelas áreas de negócio; (iii) aplicações em títulos públicos para manutenção do estoque de liquidez e investimento do capital; (iv) operações compromissadas; (v) captações de recursos com emissão de CDI, CDB e LCA; (vi) operações de câmbio e derivativos tradicionais.

Para fins de avaliação de exposições a riscos de mercado a instituição utiliza a metodologia de VaR histórico apurados por sistemas de risco globais.

A mensuração das exposições a riscos de taxa de juros e de moedas são reportadas diariamente pela área de MRM com base nos seguintes relatórios:

- Relatório de Risco de Mercado (Daily Risk Report);
- Mapas de Descasamentos de Prazos e Moedas (PV01 Consolidated Report);

2.2.1.1 Utilização de derivativos

A Filial brasileira do ING Bank NV faz uso de instrumentos derivativos com os seguintes objetivos:

- **Hedge** – Operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo buscar proteção contra a flutuação do valor de mercado de ativos ou passivos financeiros;
- **Negociação** – Operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição global de posições proprietárias ou para atender a demanda de clientes por instrumentos de hedge.

As operações de Hedge com instrumentos financeiros derivativos têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&F Bovespa) são os instrumentos financeiros derivativos mais utilizados por sua liquidez e mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

A monitoração contínua do hedge econômico é realizado pela área de MRM através dos instrumentos mencionados e limites estabelecidos. O monitoramento do hedge e de sua efetividade estabelecido pela Circular 3082 (hedge accounting) é realizado mensalmente pela área de Finance através do relatório Hedge Effectiveness e planilhas de cálculo.

2.3 Gerenciamento do Risco de Operacional

A área de Gerenciamento de Risco Operacional está estruturada de forma a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta e suas atividades contemplam as normas e os procedimentos estabelecidos pela Matriz e adaptados ao ambiente local, bem como as disposições determinadas pela Resolução nº 3.380/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional):

- 1 Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- 2 Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- 3 Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- 4 Realização de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- 5 Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional aos colaboradores da instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados;
- 6 Plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e limitar graves perdas associadas ao risco operacional;
- 7 Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

A estrutura de risco e controle da instituição baseia-se no modelo de três linhas de defesa. Este modelo visa fornecer uma sólida estrutura de governança para o gerenciamento de riscos financeiros e não financeiros por meio da definição e implementação de três “camadas” de gerenciamento de risco, com funções, responsabilidades de execução e responsabilidades de supervisão distintas.

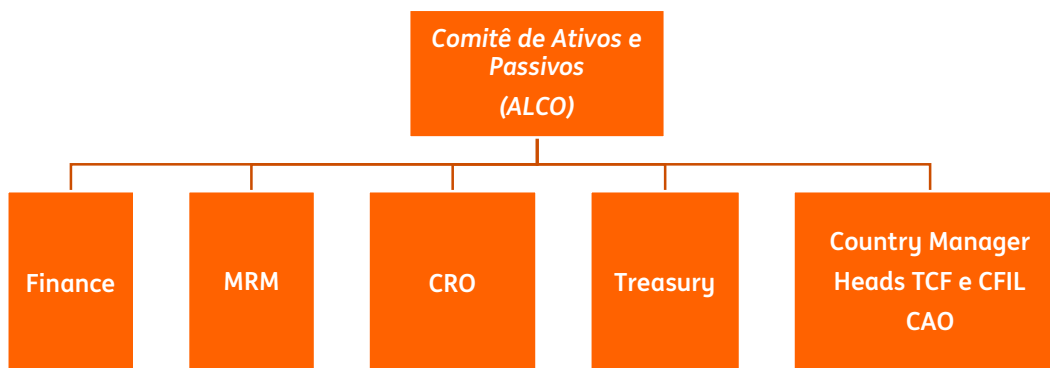
O processo de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos de natureza operacional são conduzidos de forma contínua e permanente através da utilização conjunta e integrada de instrumentos e metodologias estabelecidas pela Matriz tais como: Auto Avaliação de Risco, Indicadores de Riscos chave (KRI), Relatório de Incidente, Monitoramento das Ações, Teste de Controles Chave (KCT) e Processo de Revisão e Aprovação de Produtos.

O limite de Tolerância a Perdas Esperadas (ELT) é definido pela Matriz e é conectado em cascata para o nível de divisão e Unidades de Negócio (UN, por exemplo, Brasil), com base em uma porcentagem de receita.

Para fins de requerimento de capital para cobertura de exposição a riscos de natureza operacional, a instituição adota a metodologia da Abordagem do Indicador Básico (BIA), nos termos da Circular nº 3.640/13 do BaCen.

3 Estrutura de gerenciamento de Capital

3.1 Estrutura Organizacional



A Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

3.2 Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Adequação do PR

O Banco Central do Brasil divulgou as Resoluções 4.192 e 4.278, em março de 2013, e em outubro de 2013, respectivamente, dispondo sobre as novas metodologias para apuração do Patrimônio de Referência (PR), que passaram a vigorar a partir da data base outubro de 2013.

A Resolução 4.193, de março de 2013, complementada pela Resolução 4.281 de outubro de 2013, dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, instituindo o Adicional de Capital Principal.

A apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), corresponde à soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \frac{RWA_{CPAD}}{\text{Risco de crédito}} + \frac{RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS}}{\text{Risco de mercado}} + \frac{RWA_{OPAD}}{\text{Risco operacional}}$$

Onde:

- RWA_{CPAD} = parcela referente às exposições ao risco de crédito;
- RWA_{JUR} = parcela referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{CAM} = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- RWA_{ACS} = parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- RWA_{COM} = parcela referente às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities);
- RWA_{OPAD} = parcela referente ao cálculo de capital requerido para o risco operacional. A Filial adotou a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Além das informações acima, serão também divulgados o valor total do RWA, e o índice de Basileia (IB).

A adequação do PR sobre o PRE é analisada mensalmente na reunião do ALCO BRAZIL, que é responsável por avaliar se há necessidade de tomar alguma ação preventiva para manter a adequação do PR, com os riscos incorridos pela instituição, bem como projeções de crescimento futuro, novos negócios ou outros riscos que não fazem parte do cálculo do PRE.

Não há valores que constituam o Nível II do PR.

R\$ mil	PR - Consolidado Financeiro		
	Mar.16	Dez.16	Mar.17
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	841.664	777.498	794.427
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	841.664	777.498	794.427
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-	-
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	-	-	-
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	3.720.050	3.438.710	3.451.248
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA_{CPAD}	2.628.838	2.312.022	2.457.000
RWA PARA RISCO DE MERCADO	842.934	880.074	713.820
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA_{OPAD}	248.278	246.614	280.428
MARGEM PARA VERIFICAÇÃO DO ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	454.716	403.848	416.718
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	386.947	339.573	319.240
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	618.460	571.175	587.352
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	841.664	777.498	794.427
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	223.203	206.322	207.075
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	674.262	622.756	639.121
CAPITAL PRINCIPAL - CP	841.664	777.498	794.427
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	167.402	154.742	155.306
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A R_{BAN}	454.716	425.340	459.858
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	386.947	352.158	334.569
VALOR CORRESPONDENTE AO R_{BAN}	19.592	12.585	15.328
Índice de basileia	22,63	22,61	23,02

Índice de Basileia

%	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Índice Basileia	23	23	23

Razão de Alavancagem

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular 3.748 que dispõe sobre a Razão de Alavancagem, definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total. Este índice tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e, conseqüentemente, o aumento do risco sistêmico.

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar.16	Dez.16	Mar.17
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial	6.357.231	5.157.639	4.371.051
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(17)	(9)	(9)
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES CONTABILIZADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL	6.357.214	5.157.630	4.371.043
<i>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</i>			
Valor de reposição em operações com derivativos	265.704	311.474	210.985
Ganho Potencial futuro decorrente de operações com derivativos	148.234	179.007	191.734
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES RELATIVAS A OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	413.938	490.481	402.719
<i>Operações compromissadas e de empréstimos de títulos e valores mobiliários (TVM)</i>			
Aplicações em operações compromissadas	599.999	2.540.001	2.899.988
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-	-
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES RELATIVAS A OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E DE EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	599.999	2.540.001	2.899.988
<i>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial</i>			
Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	894.271	912.670	1.049.010
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-	(122.848)	(143.587)
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES NÃO CONTABILIZADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL	894.271	789.822	905.423
<i>Capital e Exposição Total</i>			
Nível I	841.664	777.498	794.427
Exposição Total	8.265.422	8.977.934	8.579.172
Razão de Alavancagem de Basileia III	10,18%	8,66%	9,26%

Exposição ao Risco de Crédito

Demonstramos a evolução da exposição total referente às exposições ponderadas por fator de risco (RWACPAD):

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
FPR de - 0%	4.095.716	4.388.279	3.920.087
FPR de - 2%	378.303	166.325	224.002
FPR de - 10%	-	-	-
FPR de - 20%	673.399	2.943.597	3.065.948
FPR de - 50%	142.678	122.654	21.569
FPR de - 75%	-	41	34
FPR de - 100%	2.369.028	1.628.878	1.772.948
FPR de - 250%	18.490	11.896	22.229
Total da Exposição	7.677.613	9.261.670	9.026.817
Média do trimestre	8.075.049	8.580.293	8.693.031

A seguir demonstramos a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregado por países e regiões geográficas:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Mercado interno			
Nordeste	632.730	590.788	755.247
Sudeste	6.476.675	8.478.888	8.090.673
Centro-Oeste	150.000	165.000	165.653
Sul	410.578	19.838	9.837
Mercado externo	7.630	7.156	5.407
Total da Exposição	7.677.613	9.261.670	9.026.817

A seguir demonstramos a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregado por Setor Econômico:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Indústria	4.033.229	3.305.049	3.583.140
Comércio	962.066	779.509	563.540
Outros serviços	333.509	329.291	419.303
Pessoa física	-	40	34
Governo	1.397.189	1.675.058	1.064.682
Intermediários financeiros	948.032	3.169.568	3.366.420
Demais exposições	3.588	3.155	29.698
Total	7.677.613	9.261.670	9.026.817

Exposição ao risco de crédito e a média dos trimestres, das operações com características de concessão de crédito e garantias prestadas:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Total da Exposição	4.517.968	3.948.196	4.181.280
Média do trimestre	4.655.807	4.044.538	3.976.589

A exposição dos dez e cem maiores clientes em relação ao total das operações com características de concessão de crédito:

R\$ mil	Consolidado Financeiro			
	Carteira de Crédito	Mar16	Dez16	Mar17
Percentual dos dez maiores clientes		76%	76%	66%
Percentual dos cem maiores clientes		100%	100%	100%

Prazo a decorrer das operações e montante das operações em atraso, bruto de provisões com características de concessão de crédito:

R\$ mil	Consolidado Financeiro			
	A vencer	Mar16	Dez16	Mar17
Até 6 meses		2.842.444	2.574.396	2.564.847
Entre 6 meses e 1 ano		866.633	602.501	282.147
Entre 1 e 5 anos		808.891	771.299	1.080.167
Total a vencer		4.517.968	3.948.196	3.927.161

Montante das operações em atraso, incluindo todas as operações em atraso, bruto de provisões.

R\$ mil	Consolidado Financeiro			
		Mar16	Dez16	Mar17
Atraso até 90 dias		-	-	254.119
Total		-	-	254.119

Valor das provisões para crédito de liquidação duvidosa – PDD:

R\$ mil	Consolidado Financeiro			
		Mar16	Dez16	Mar17
PDD		951	123.033	125.867

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD) no trimestre:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Saldo Inicial	1.096	99.917	123.033
Constituição	313	29.901	2.942
Reversão	(458)	(6.785)	(108)
Saldo final	951	123.033	125.867

Informações relativas ao risco de crédito da contraparte:

R\$ mil	Produtos/Garantias					
	Mar16		Dez16		Mar17	
Produto	Volumes	Garantias	Volumes	Garantias	Volumes	Garantias
Empréstimos	756,034	467,948	639,999	548,638	698,155	2,451,190
Crédito Pessoal (PF)	-	-	40	40	34	34
ACC	3,136,939	3,704,906	2,635,184	4,678,048	2,699,539	5,293,208
Fianças	624,995	131,194	672,973	742,135	783,552	1,488,417
Total	4,517,968	4,304,048	3,948,196	5,968,861	4,181,280	9,232,849

Instrumentos Mitigadores

O ING Bank N.V - filial São Paulo considera como instrumentos mitigadores apenas as garantias bancárias, alocações de crédito recebidas e aplicações financeiras dadas em garantia.

Além dessas, o Banco conta com outros mitigadores de risco de crédito: garantias como hipotecas, penhores, alienações fiduciárias, cessões fiduciárias, CDA/WA's e recebíveis, que são considerados na ferramenta de cálculo e capital econômico que fazemos para o banco central holandês, reduzindo a Perda por Inadimplência (LGD) das operações (percentuais de redução são calculados pela matriz).

Para avaliar o valor das garantias utilizamos preços de mercado, ou avaliações feitas por peritos independentes, relatórios de inspeção de lavoura, entre outros. Todas as garantias são monitoradas pelo departamento de Client Services Delivery do banco.

Para fins de apuração da parcela de alocação de capital do risco de crédito, apresentamos abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos definidos no § 3º. do art. 36 da Circular no. 3.644, de 2013, segmentado por tipo de mitigador e seu respectivo FPR, conforme artigos 37 a 39 da circular nº 3.644 de 2013.

R\$ mil	Consolidado Financeiro - Posição Total				
	Tipo de Mitigador	FPR Mitigador	Mar16	Dez16	Mar17
Títulos públicos federais		0%	599.999	2.541.291	2.899.988
Operações Ativas Vinculadas		0%	2.971.048	2.689.255	2.791.291
Total			3.571.047	5.230.546	5.691.278

Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

Apresentamos a seguir o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Contratos em que a Câmara atue como Contraparte Central	6.929.678	11.331.290	12.449.107

Demonstramos a seguir os valores relativos a contratos nos quais não haja atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segregados em contratos sem garantias e contratos com garantias:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central	4.640.534	5.645.896	6.102.851
Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central	9.957.062	11.897.130	9.370.634

A seguir, demonstramos o valor positivo bruto dos contratos sujeitos a risco de crédito de contraparte:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Derivativos	265.705	320.229	378.385
Operações compromissadas	599.999	2.541.291	2.899.988
Operações a liquidar	5.251.586	4.783.649	4.198.750
Total	6.117.290	7.645.168	7.477.122

Apresentamos a seguir o valor das garantias que atendam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- Tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- Estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- Estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Garantias	738.476	703.617	607.915

A seguir demonstramos a exposição global líquida a risco de crédito de contraparte:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
Exposição Global Líquida	13.859.120	16.839.409	14.865.570

Os valores relativos a acordos de compensação estão demonstrados a seguir:

R\$ mil	Consolidado Financeiro		
	Mar16	Dez16	Mar17
"Netting Agreement" - Valores Positivo	280,898	198,680	183,127

O ING Bank N.V não possui operações de derivativos de créditos.

Não há, no período, operações relativas às operações de venda ou transferência de ativos financeiros, nem operações com títulos ou valores mobiliários oriundos de processo de securitização.

Exposição da Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado

Apresentamos a seguir o valor da carteira de negociação por fator de risco de mercado segmentado entre posição comprada e vendida:

R\$ mil	Fatores de Risco					
	Mar16		Dez16		Mar17	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Taxa de juros	2.489.415	964.805	4.885.714	2.091.606	4.518.075	2.396.166
Taxa de câmbio	3.380.765	4.605.185	2.631.947	4.716.836	2.730.481	4.118.780
Total	5.870.180	5.569.990	7.517.661	6.808.442	7.248.556	6.514.946

Exposição Financeira – Operações não classificadas na carteira Trading

As operações classificadas na carteira de não negociação, também conhecidas como *banking book*, são monitorada através de processos específicos de mensuração do descasamento de prazo e da exposição ao risco de taxa de juros. As carteiras são gerenciadas por estrutura de livros e limites independentes da atividade de negociação e envolvem o cálculo de sensibilidade, de valor em risco e a realização de simulações de stress, permitindo assim a pronta identificação de modificações no perfil de risco da carteira ou eventuais situações anômalas.

Não atuamos no mercado de ações e não oferecemos produto sem vencimento definido.

Exposição Financeira – Derivativos

Segue abaixo a exposição em derivativos segregada por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preços), mercado (Balcão e bolsa).

Todas as operações são realizadas no Brasil.

Em R\$ mil		Fatores de Risco					
		Mar16		Dez16		Mar17	
	Mercado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Taxa de Juros	Bolsa	2.293.366	1.974.537	3.516.605	2.311.600	3.878.765	1.261.348
	Total	2.293.366	1.974.537	3.516.605	2.311.600	3.878.765	1.261.348
Taxa de Câmbio	Balcão	4.284.944	3.336.437	6.196.011	3.304.459	5.191.857	2.447.363
	Bolsa	2.755.966	1.030.438	3.149.191	3.071.510	3.972.058	4.072.463
	Total	7.040.910	4.366.876	9.345.202	6.375.969	9.163.915	6.519.826

4 Avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência

A estrutura de gerenciamento de capital considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito.

São realizadas avaliações contínuas e monitoramento constantes dos níveis de capital em consonância com o planejamento estratégico e, inclusive, em função de possíveis mudanças regulatórias ou de mercado.

Para mais informações relativas à composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR vide Anexo 1 em conformidade com a Circular 3.678/13.

Anexo 1				
Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR				
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	622.373		Não aplicável
2	Reservas de lucros	155.133		Não aplicável
3	Outras receitas e outras reservas	16.929		
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da resolução nº4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	-		
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	794.435		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura			
9	Ativos intangíveis	(9)		Não aplicável
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-		Não aplicável
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-		
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
20	Mortgage servicing rights	-		

21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		Não aplicável
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-		
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-		
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-		
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-		
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-		
26.i	Destaque no PR	-		
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-		
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	9		
29	Capital Principal	794.426		

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		-	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis			
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	-	-	
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	

Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-		
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar			
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			

42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	
44	Capital Complementar	-	-	
45	Nível I	794.426		
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II			
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		-	
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		-	
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias			
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-		
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II			
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios			
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	
58	Nível II	-		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	794.426		
60	Total de ativos ponderados pelo risco	3.451.248		
Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	23,0%		
62	Índice de Nível I (IN1)	23,0%		
63	Índice de Basileia (IB)	23,0%		
64	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)			
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,0%		
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Capital Principal disponível para suprir o requerimento do Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	-		
Número da Linha	Mínimos Nacionais	%		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	-		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,5%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9,25%		
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		

74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal			
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)		
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite			

Legendas Anexo 1

¹Coluna em que deve constar o valor dos ajustes regulatórios sujeitos ao tratamento temporário.

O ajuste regulatório corresponde ao valor:

- dos instrumentos autorizados a compor o PR da instituição antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013, que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2021, ainda compõem o PR da instituição, conforme art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 33, 35, 47, 48 e 49 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2021);
- dos ajustes prudenciais que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2017, ainda não forem integralmente deduzidos do PR, conforme art. 11 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 5, 8, 9, 12, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 48, 83 e 85 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2017).

²Deve constar nesta coluna a referência dos instrumentos reportados na tabela em relação ao balanço patrimonial da instituição ou do conglomerado, conforme inciso I e §1º do art. 3º desta Circular.

³As linhas 4, 33, 35, 47 e 49 devem ser apagadas a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que os instrumentos nela informados não serão mais aceitáveis para compor o PR.